

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro	2026	2027	Total
10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	240.803.065,00	1.160.142.725,00	1.400.945.790,00
10100002 - POLÍCIA CIVIL	1.146.469.512,00	6.290.499.280,00	7.436.968.792,00
10100003 - POLÍCIA MILITAR	3.463.747.817,00	19.019.037.525,00	22.482.785.342,00
10100004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ	362.709.371,00	1.987.571.265,00	2.350.280.636,00
10100007 - PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	249.433.856,00	1.351.678.915,00	1.601.112.771,00
10100008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	31.034.475,00	165.744.640,00	196.779.115,00
10100009 - SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	5.704.796,00	30.644.770,00	36.349.566,00
10200006 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	45.960.000,00	239.070.805,00	285.030.805,00
30000000 - CASA CIVIL	6.850.000,00	1.622.830,00	8.472.830,00
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	14.780.000,00	73.500.000,00	88.280.000,00
Total	5.567.492.892,00	30.319.512.755,00	35.887.005.647,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

197 - GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E PROMOÇÃO DA RESSOCIALIZAÇÃO

Órgão Gestor: 18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO

Órgãos Executores

- 18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
- 18200004 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
- 18200005 - FUNDO ROTATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
- 30000000 - CASA CIVIL
- 43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

Justificativa: O Programa busca a redução do encarceramento de pessoas e a ressocialização da pessoa presa e egressa do Sistema Penitenciário. Para prover a estrutura adequada do sistema estadual, os esforços serão empregados na ampliação de vagas, salas de aula e espaços laborais, além da manutenção e adequação dos demais espaços, de modo a torná-los seguros e propícios para realização das rotinas prisionais, de maneira célere e humanizada, em atendimento à Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/1984), em seu Art. 1º. Deste modo, além da ampliação de vagas, serão realizadas ações conjuntas com o sistema de Justiça, como a realização de mutirões carcerários para revisão processual dos custodiados, visando à redução da população carcerária do Ceará. O Programa atuará na expansão dos postos de atendimento da Coordenadoria de Alternativas Penais e disponibilização de monitoração eletrônica, propiciando ao Judiciário alternativas para determinação de medidas adequadas aos mais diversos tipos de delitos cometidos. A

